

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, com início as 15:30 horas, realizou-se a 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes/MT, 5º andar, sob a Presidência do Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes/MT, **PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS**, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta do Livro de Presença: **ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA** - Diretor-Geral/DNIT, **MARCELO BARBOSA SAINTIVE** - representante do Ministério da Fazenda/MF, **PEDRO DA COSTA CARVALHO** – representante do Ministério dos Transportes/MT, **JOSÉ AUGUSTO VALENTE** – Representante do Ministério dos Transportes/MT e **GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES** – representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nomeado pela portaria nº 7, de 28 de janeiro de 2005, publicada no D.O.U. de 31 subsequente. Compareceram, como convidados, **ATALIBA ALMEIDA FILHO** – Auditor do DNIT, representante do Auditor-Chefe do DNIT, **GILNÉA DA PENHA PEREIRA CRUZ** – Auditora do DNIT, **JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOK DE SÁ** – Chefe de Gabinete/DNIT e **PAULO SÉRGIO FREIRE** – Coordenador de Projetos da Fundação de Desenvolvimento Gerencial/FDG. Declarada aberta a sessão, como Conselho de Administração passou a examinar a matéria constante da pauta. **ITEM 1 – POSSE DO NOVO CONSELHEIRO** – Foi empossado como membro do Conselho, **GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES** – Diretor do Departamento de Programas de Infra-Estrutura/MPOG, que assinou o respectivo Termo de Posse. **ITEM 2 – LEITURA, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA CA/2004** – A Ata foi lida, aprovada e assinada. Dada a exigüidade de tempo, o Presidente propôs ouvir, inicialmente, o **ITEM 7 – CONTRATO COM A FDG – FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: ANDAMENTO DOS TRABALHOS** – O coordenador, Dr. Paulo Sérgio Freire, apresentou a sua exposição transcrita e focalizada em slide, a seguir: Dissertou sobre a visão geral do Projeto de Estruturação do DNIT, que foi subdividido nos módulos, Formulação Estratégica e Reestruturação Organizacional. **FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA** – Redefinir a identidade organizacional

da instituição e definir metas globais e diretrizes estratégicas para o órgão;

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL – Integrar as dimensões Processos, Estrutura Organizacional, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação no DNIT, de forma a garantir o cumprimento de sua missão estratégica com uma estrutura ótima em termos de recursos.

MAPA DE TRABALHO DO PROJETO – A fase de projeto da Reestruturação Organizacional do DNIT está concluída. O relatório da estrutura e os planos de ação para implantação serão validados pela Diretoria.

ETAPAS EXECUTADAS: Formulação Estratégica; Redesenhar processos priorizados e Redesenhar estrutura organizacional.

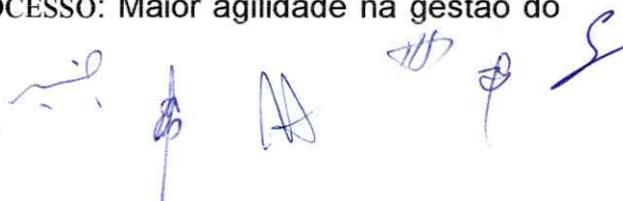
METAS ESTRATÉGICAS – Foram definidas metas estratégicas para o DNIT orientadas pelas dimensões Qualidade, Custo e Entrega, sendo o responsável pelo seu acompanhamento e obtenção dos resultados o Diretor-Geral do Órgão.

MACROPROCESSOS DO DNIT - Com entradas e saídas: **GESTÃO** – Gerenciar a atuação e desempenho da instituição; **Negócios** – Gerenciar projetos, operar e administrar infraestrutura de transporte: Fiscalizar obras de infra-estrutura e Pesquisar e desenvolver tecnologia de transportes. **APOIO** – Gerenciar processos administrativos e financeiros.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL – Foram priorizados pelo DNIT os seguintes processos para redesenho em função de seu impacto e/ou importância para o órgão: Fiscalizar obras de infra-estrutura de transportes; Realizar auditoria; Gerenciar pagamentos e Elaborar projetos.

FISCALIZAR OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – O redesenho deste processo tem como objetivo garantir a melhor relação entre a qualidade, custo e entrega das obras de infra-estrutura de transporte. Dentre os modelos de contratação adotados pelo DNIT, o CREMA demonstra ser o de menor custo para contratação de obras de infra-estrutura rodoviária. Comparadas obras com as mesmas características, o custo médio de restauração, por quilômetro, do CREMA é o mais econômico. Considerada a necessidade estimada pelo DNIT de restauração de 25.000 km de rodovias federais, conclui-se que o modelo proposto gerará uma economia entre 1,5 e 5,0 bilhões de reais. O modelo proposto amplia a quilometragem média contratada e possibilita ainda uma redução de até 83% no número de licitações e contratos. O modelo de contrato proposto pela equipe de redesenho do processo apresenta vantagens em relação ao modelo tradicional.

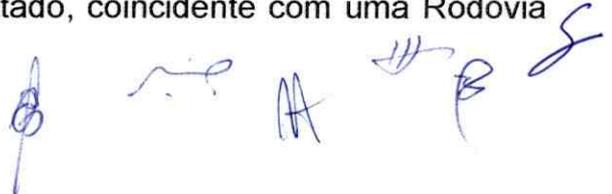
GANHOS QUALITATIVOS COM REDESENHO DO PROCESSO: Maior agilidade na gestão do



Órgão, maior segurança na execução das obras, melhor qualidade das obras e relevante desburocratização do processo, conseqüente da redução do número de licitações e contratos. REALIZAR AUDITORIA – O objetivo da reestruturação do processo “Realizar Auditoria” é auxiliar no alcance das metas globais do DNIT referentes à eliminação de não-conformidades, assim como assegurar maior controle no órgão. Existe uma estimativa de aumento médio do custo de obra em 30% devido a paralisações. A atuação preventiva da auditoria durante a fase de licitação e projetos reduzirá a principal irregularidade encontrada pelo TCU nos contratos. Para a atuação preventiva da auditoria interna, foi necessário a elaboração de mudanças no processo “Licitar Obras” reduzindo de 90 para 45 dias o período entre a elaboração das especificações técnicas à publicação do edital. Fez um comparativo entre a Auditoria atual e a Auditoria proposta. REALIZAR PAGAMENTOS – O objetivo da reestruturação do processo “Realizar Pagamentos” é auxiliar no atingimento das metas definidas pela Direção do DNIT, otimizar o uso dos recursos envolvidos na execução das principais atividades, aumentar o controle e reduzir custos. As mudanças propostas no processo implicarão na redução de 45 para 20 o número necessário de dias para a realização dos pagamentos. Além disso, o novo processo liberará recursos humanos para atuação em outras atividades, com a redução de 58 para 35 pessoas. Apresentou a comparação entre o Processo Atual e o Processo proposto. ELABORAR PROJETOS – Discorreu sobre a Oportunidade de Ganhos Qualitativos: Redução do tempo de análise de projetos em 20%; Diminuição do fator político no processo com a centralização das análises de viabilidade técnico/econômico e ambiental. Focalização das equipes de projetos; Melhoria da qualidade de análise dos projetos (Integração UNIT, Projetos e Meio Ambiente) e melhoria do acompanhamento gerencial do projeto com a Gestão Sistêmica do início ao fim do projeto. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – A estrutura organizacional proposta para o DNIT contempla: estímulo à integração entre os modais, fortalecimento da área técnica do DNIT, integração entre estrutura organizacional e processos da instituição; integração das unidades aquaviárias à estrutura atual; Redefinição da estrutura das UNITS e descentralização de atividades com controle dos resultados. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL TERRESTRE - Uma Coordenação Geral: Procuradoria; Apoio Administrativo e três Coordenações de

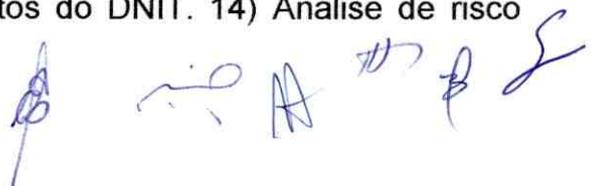


Administração e Finanças; de Projetos e Obras Terrestres; de Operações e as Unidades Locais Terrestres com a fiscalização e monitoramento de obras. Coordenação de Administração e Finanças terá quatro supervisões: de Finanças e Contabilidade; de Cadastros e Licitações; de Recursos Humanos e a de Serviços Administrativos. Coordenação de Projetos e Obras Terrestres terá duas supervisões: a de Obras Terrestres e de Projetos e Meio Ambiente. Coordenação de Operações terá duas supervisões: a de Sinalização e Engenharia de Tráfego. Finalizando, expôs como ficará o Organograma do DNIT. Após a apresentação por parte da FDG, os Conselheiros discutiram sobre o assunto em tela, e, pedindo a palavra, Dr. Sadok sugeriu que fossem distribuídos para o pessoal técnico do DNIT, os materiais referente aos trabalhos feitos pela FDG, dando-se um prazo de 8 (OITO) dias para que após uma análise detalhada por parte dos técnicos, todas as sugestões, visando suprir as necessidades do órgão, fossem reunidas e levadas ao conhecimento do Conselho em uma futura Reunião. Dr. Paulo Sérgio agradeceu a exposição feita pelo Dr. Paulo Sérgio Freire – FDG, dando continuação aos itens seguintes. **ITEM 3 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA NORMA TÉCNICA PARA PADRONIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA CLASSIFICAÇÃO E ABSORÇÃO DE RODOVIAS TRANSITÓRIAS, IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS A RODOVIAS FEDERAIS, DEFINIÇÃO E ALTERAÇÃO DE TRAÇADO DE RODOVIAS FEDERAIS E FEDERALIZAÇÃO DE RODOVIAS (PROCESSO Nº 50.600.004125/2003-79 de 17/09/2003)** – Dr^a Yolanda Corrêa Pereira - CONJUR/MT discorreu sobre o assunto em tela, informando aos Conselheiros que alternativa encontrada pela Consultoria/MT para solucionar essa situação, que realmente tem que ser resolvida, seria um Decreto do Poder Executivo para regulamentar a questão das Rodovias Estaduais Transitórias e dos Acessos. Na questão dos Acessos a Rodovias Federais, a própria lei já menciona que havendo a necessidade de implantação dos mesmos, dar-se-á com base em regulamento, através de um decreto e após um estudo, por parte do órgão responsável, de viabilidade econômica. As Rodovias Transitórias também serão analisadas mediante esse prévio estudo, onde as mesmas poderão ser absorvidas nos trechos que efetivamente tenham viabilidade e interesse para o órgão. Isso porque já existe um traçado que foi feito pelo Estado, coincidente com uma Rodovia



Federal Planejada, devendo tal absorção ocorrer sem ônus. Sendo assim será proposto um Decreto do Poder Executivo, e logo após uma regulamentação do MT. Dr. Valente complementou lembrando que alguns procedimentos na parte de Contorno e Acesso são exclusivamente do âmbito do DNIT, mas a Definição de Traçado, Operação de Traçado, Absorção de Rodovias Transitórias e Federalização de Rodovias são do âmbito do Ministério. Tendo em vista tal exposição por parte dos presentes, Dr. Paulo Sérgio deixou claro que a matéria é pertinente ao Conselho, que as discussões e propostas apresentadas até então não são conclusivas, que a mesma deve ser regulamentada por meio de Decreto Presidencial e Portaria Ministerial e que, para isso, devem ser tomadas todas as iniciativas necessárias junto ao Ministério e junto ao DNIT.

ITEM 4 – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS – PROJETO PILOTO 2005 – Dr. Alexandre apresentou sua exposição. 1) Objetivos – O Programa de Recuperação de Rodovias Federais visa melhorar as condições da malha rodoviária federal, associada a redução do custo operacional dos veículos e ao aumento da segurança dos usuários; Rede Rodoviária Federal – Planilha indicativa das extensões dos projetos: Modalidade de recuperação (PIR I – CREMA BID; PIR II – CREMA BIRD; PIR III – RESTAURAÇÃO BID/BIRD; PIR IV – CREMINHA BIRD; PIR IV – CREMINHA OGU; RESTAURAÇÃO OGU (Convencional), Extensão Projetada Projeto Piloto com total de 13.130 Km e percentual aproximado de Rede Pavimentada em 32%); Duplicação e adequação com um total de 1.201 Km de Extensão Projetada no Projeto Piloto. 2) Justificativa – As obras apresentam soluções diferenciadas, sempre visando reduzir os acidentes em pontos críticos, recuperar o passivo ambiental nos trechos que serão restaurados e reduzir os custos operacionais dos veículos, favorecendo, assim, o escoamento de produção e melhoria do abastecimento interno. 3) Contratos Existentes. 4) Licitações. 5) Dificuldades: restrições orçamentárias e financeiras, mudanças de órgão executor e mudança de governo. 6) Perspectivas. 7) Recursos Previstos no PPA2004/2007 fiscal e privado. 8) Recursos inicialmente previstos no orçamento de 2004. 9) Executado em 2004. 10) Previsão 2005/2008. 11) Indicadores de acompanhamento. 12) Impacto sobre empregos diretos e indiretos. 13) Custos tributários incorridos no projeto demonstrativo dos encargos aplicados nos contratos do DNIT. 14) Análise de risco



atrasos/custos. 15) Possibilidade de recuperação: concessões atuais – concessões administradas pelo Ministério dos Transportes: 1.680,5 Km e concessões futuras: 9.525,9 Km. 16) Inflação x Taxa x Rodovia. 17) HDM – Highway Development and Management: Conceito do HDM; O uso do HDM; Aplicações HDM-4; Custos Totais para a sociedade; Custos do Governo; Custos do usuário da rodovia; Outros: Custo de acidentes e Custos nos atrasos de viagem. 18) Resultados obtidos com a simulação do HDM: Investimentos; VPL – Valor Presente Líquido; Investimentos e Manutenção; VOC – Custo Operacional de Veículo mais Tempo de Viagem e Resultados Gerais. Os Conselheiros tomaram conhecimento do programa e concluíram que o mesmo deve ser inserido como ponto de pauta, para que, em cada Reunião, o Conselho de Administração seja informado e posicionado acerca do desenvolvimento, não entrando em detalhes, mas acompanhando o desempenho dos trabalhos realizados pelo DNIT.

ITEM 5 – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2006 – A deliberação sobre esta matéria foi adiada. **ITEM 6 – PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAAAI/EXERCÍCIO 2005** – O Auditor Ataliba Almeida Filho explicou que o documento apresentado representava o planejamento das atividades para 2005, no período de janeiro a dezembro, levando em consideração os seguintes itens básicos: I. Introdução; II. Descrição Sumária da Ação de Auditoria; III. Equipe Técnica da Auditoria: A equipe técnica responsável pela execução do PAAAI, exercício 2005, será constituída pelo Chefe da Auditoria, Chefe Substituto da Auditoria, 07 Contadores/Audidores e 05 Engenheiros/Auditor, perfazendo o total de 14 servidores. IV. Orçamento de Gastos da Auditoria – A despesa total estimada, para a realização dos trabalhos de auditoria previstos no PAAAI, exercício 2005, foi fixada em R\$ 212.680,00 (DUZENTOS E DOZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS), entre gastos com diárias de R\$ 102.080,00 (CENTO E DOIS MIL E OITENTA REAIS), e passagem aérea no valor de R\$ 110.600,00 (CENTO E DEZ MIL E SEISCENTOS REAIS). ANEXO I – Programa de Trabalho Anual: A - SEDE/DNIT. B - UNITS/DNIT. ANEXO II – Programa de Trabalho Externo junto às Unidades de Infra-Estrutura Terrestre – UNIT/DNIT, de acordo com os itens: Descrição Sumária, Área, Objetivos, Tipo, Local, Período de Execução em dias e H/H, Escopo, Forma e Subtotal e Total (horas). Após comentários, o Conselho de Administração aprovou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna –



PAAAI/2005. **ASSUNTOS GERAIS** – Não houve manifestação a esse título. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Senhores Conselheiros, dando por encerrada a sessão, às 18:15 horas, da qual eu, ELYSIA BRANDI DE OLIVEIRA PORTELA, na qualidade de Secretária do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros.....



Paulo Sérgio Oliveira Passos
Presidente do Conselho



Alexandre Silveira de Oliveira
Conselheiro



George Alberto de Aguiar Soares
Conselheiro



Pedro da Costa Carvalho
Conselheiro



José Augusto Valente
Conselheiro



Elysia Brandi de Oliveira Portela
Secretária